



**Estado do Piauí  
Gabinete do Governador  
Palácio de Karnak**

**MENSAGEM Nº 016 /GG**

**Teresina(PI), 24 de FEVEREIRO de 2010.**

**LADO DO EXPEDIENTE**

Em, 25 / 02 / 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Secretaria

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE** por inconstitucionalidade o Projeto de Lei que “**Que obriga a inclusão de telefone e endereço do PROCON nas notas fiscais de venda ao consumidor emitidas pelos estabelecimentos comerciais do Estado**”, pelas razões que seguem:

Instada a se manifestar a Secretaria Estadual de Fazenda assim se pronunciou:

*“o referido projeto foi analisado pelo corpo técnico desta Secretaria que manifestou-se pela inviabilidade de sua sanção, tendo em vista a existência de padronização nacional quanto aos dados que devem constar nos documentos fiscais, através do Convênio SINIEF s/nº, de 15 de dezembro de 1970 e do Convênio SINIEF nº 06/89, de 21 de fevereiro de 1989, celebrados no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, e incorporados à legislação tributária estadual.*

*O acréscimo de dados nos documentos fiscais somente pode ser feito através de Ajuste SINIEF celebrado na forma dos convênios mencionados. A Secretaria da Fazenda manifesta sua disposição de levar o assunto àquele fórum, através de seu corpo técnico, na busca de encontrar solução para a demanda.*

*Pelo exposto, manifestamos a V. Sa. Nossa discordância quanto ao projeto de lei, nos termos propostos, recomendando ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado o seu veto.”*

Assim, por implicar em rompimento do pacto federativo, incide em inconstitucionalidade este Projeto de Lei.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO  
Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí  
**NESTA CAPITAL**

76-25011A, 25.02.2010.

SECRETARIA.

Raimundo Marlon Reis de Freitas  
Secretário Geral da Mesa



**Estado do Piauí  
Gabinete do Governador  
Palácio de Karnak**

**MENSAGEM Nº 016 /GG**

**Teresina(PI), 24 de FEVEREIRO de 2010.**

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE** por inconstitucionalidade o Projeto de Lei que **“Que obriga a inclusão de telefone e endereço do PROCON nas notas fiscais de venda ao consumidor emitidas pelos estabelecimentos comerciais do Estado”**, pelas razões que seguem:

Instada a se manifestar a Secretaria Estadual de Fazenda assim se pronunciou:

*“o referido projeto foi analisado pelo corpo técnico desta Secretaria que manifestou-se pela inviabilidade de sua sanção, tendo em vista a existência de padronização nacional quanto aos dados que devem constar nos documentos fiscais, através do Convênio SINIEF s/nº, de 15 de dezembro de 1970 e do Convênio SINIEF nº 06/89, de 21 de fevereiro de 1989, celebrados no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, e incorporados à legislação tributária estadual.*

*O acréscimo de dados nos documentos fiscais somente pode ser feito através de Ajuste SINIEF celebrado na forma dos convênios mencionados. A Secretaria da Fazenda manifesta sua disposição de levar o assunto àquele fórum, através de seu corpo técnico, na busca de encontrar solução para a demanda.*

*Pelo exposto, manifestamos a V. Sa. Nossa discordância quanto ao projeto de lei, nos termos propostos, recomendando ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado o seu veto.”*

Assim, por implicar em rompimento do pacto federativo, incide em inconstitucionalidade este Projeto de Lei.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO  
Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí  
**NESTA CAPITAL**

76-25-25.02.2010 -  
Raimundo Martins Reis de Freitas  
Secretário Geral da Mesa



*Estado do Piauí*  
*Gabinete do Governador*  
*Palácio de Karnak*

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a **VETAR TOTALMENTE**, por inconstitucionalidade o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa.



**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
Governador do Estado do Piauí



**Estado do Piauí  
Gabinete do Governador  
Palácio de Karnak**

**MENSAGEM Nº 016 /GG**

**Teresina(PI), 24 de FEVEREIRO de 2010.**

**LADO DO EXPEDIENTE**

Em, 25 / 02 / 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Secretaria

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE** por inconstitucionalidade o Projeto de Lei que “**Que obriga a inclusão de telefone e endereço do PROCON nas notas fiscais de venda ao consumidor emitidas pelos estabelecimentos comerciais do Estado**”, pelas razões que seguem:

Instada a se manifestar a Secretaria Estadual de Fazenda assim se pronunciou:

*“o referido projeto foi analisado pelo corpo técnico desta Secretaria que manifestou-se pela inviabilidade de sua sanção, tendo em vista a existência de padronização nacional quanto aos dados que devem constar nos documentos fiscais, através do Convênio SINIEF s/nº, de 15 de dezembro de 1970 e do Convênio SINIEF nº 06/89, de 21 de fevereiro de 1989, celebrados no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, e incorporados à legislação tributária estadual.*

*O acréscimo de dados nos documentos fiscais somente pode ser feito através de Ajuste SINIEF celebrado na forma dos convênios mencionados. A Secretaria da Fazenda manifesta sua disposição de levar o assunto àquele fórum, através de seu corpo técnico, na busca de encontrar solução para a demanda.*

*Pelo exposto, manifestamos a V. Sa. Nossa discordância quanto ao projeto de lei, nos termos propostos, recomendando ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado o seu veto.”*

Assim, por implicar em rompimento do pacto federativo, incide em inconstitucionalidade este Projeto de Lei.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO  
Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí  
**NESTA CAPITAL**

76-25011A, 25.02.2010.

SECRETARIA.

Raimundo Marinho Reis de Freitas  
Secretário Geral da Mesa



## Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 02 / 03 / 2010

Elvágio  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Edson  
Ferreira  
para relatar.

Em 09 / 03 / 2010

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição e Justiça



# ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

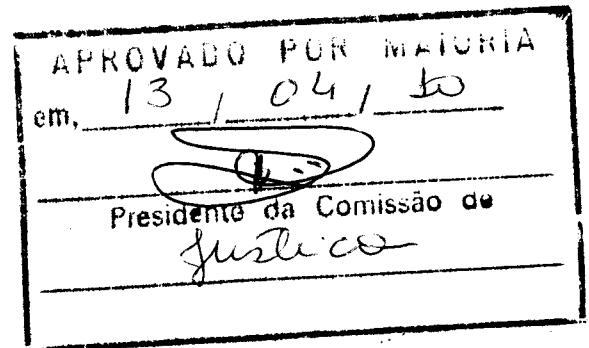
**VETO**

**MENSAGEM 016**

**PROCESSO AL – 245/10**

**AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**RELATOR: DEP. EDSON FEREIRA**



## I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, encaminhado a esta relatoria para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a matéria que está sujeita a disposições especiais, pois trata-se de veto nos termos do art. 78, § 1º e 102, Inciso XIV da Constituição Estadual, combinado com o art. 197 e 198 do Regimento Interno, que será apreciado dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta nos termos do art. 78, § 4º, da Constituição Estadual.

Consta da mensagem do Governador que o referido projeto foi analisado pelo corpo técnico desta Secretaria que manifestou-se pela inviabilidade de sua sanção, tendo em vista a existência de padronização nacional quanto aos dados que devem constar nos documentos fiscais, através do Convênio SINIEF s/nº, de 15 de dezembro de 1970 e do Convênio SINIEF nº 06/89, de 21 de fevereiro de 1989, celebrados no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, e incorporados à legislação tributária estadual.

O acréscimo de dados nos documentos fiscais somente pode ser feito através de Ajuste SINIEF celebrado na forma dos convênios mencionados. A Secretaria da Fazenda manifesta sua disposição de levar o assunto àquele fórum, através de seu corpo técnico, na busca de encontrar solução para demanda.

Assim, por implicar em rompimento do pacto federativo, incide em inconstitucionalidade este Projeto de Lei.

## II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório somos de parecer favorável à manutenção do veto nos termos do Parágrafo único do art. 198 do Regimento Interno.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina, 19 de março de 2010.

Dep. **EDSON FEREIRA**  
Relator

Ass: Voto con-  
trário do  
março  
meneses.

Antônio Filho

Mendes